

Informação e conhecimento no jornalismo

Orlando Tambosi

Resumo

O objetivo deste artigo é explorar as conexões entre informação e conhecimento no jornalismo. A elucidação desses conceitos permitirá analisar em que medida o jornalismo pode constituir, de fato, uma forma de conhecimento autônoma em relação às outras áreas.

Palavras-chave

Informação, conhecimento, jornalismo, epistemologia

Abstract

This article analyzes the connections between information and knowledge in journalism. The elucidation of such concepts will allow an analysis on the extent journalism can truly represent an independent form of knowledge.

Keywords

Information, knowledge, journalism, epistemology

Introdução

Informação e conhecimento são conceitos distintos, embora geralmente confundidos. O fato é que o conhecimento depende de informação, mas nem toda informação é conhecimento. Por exemplo, se alguém faz um relato em que acredito, mas não tenho condições de saber se se trata de informação correta, estou na posse de informação, não de conhecimento. Da mesma forma, se vejo que o relógio marca 10h30, mas não sei se está funcionando corretamente, posso ter adquirido informação, mas não conhecimento. Uma máquina, igualmente, recebe e transmite informações, mas não tem conhecimento, característica peculiar do ser humano, que não apenas recebe e transmite, mas organiza e dá sentido às informações, construindo argumentos, hipóteses, teorias etc.

Segundo os dicionários, a palavra *informação* tem múltiplos significados, dos quais cito apenas alguns: 1) ato ou efeito de informar ou informar-se; 2) comunicação ou recepção de um conhecimento ou juízo; 3) conhecimento obtido por meio de investigação ou instrução; esclarecimento, explicação, indicação, comunicação, informe; 4) acontecimento ou fato de interesse geral tornado do conhecimento público ao ser divulgado pelos meios de comunicação; notícia; 5) conjunto de atividades que têm por objetivo a coleta, o tratamento e a difusão de notícias junto ao público (Houaiss, 2001)¹.

Como se vê, o próprio dicionário turva a distinção entre informação e conhecimento (particularmente na acepção 3), mas relaciona corretamente (nas acepções 4 e 5) informação e atividade jornalística, ainda

que não mencione esta última de forma explícita (o ponto é importante para o que trataremos no tópico 4).

Um requisito fundamental para que a informação se transforme em conhecimento é a verdade. É necessário saber se as informações que alguém possui são corretas, isto é, verdadeiras. Animais, bebês e máquinas absorvem e estocam informações, que podem comunicar ou transmitir a outros, mas nenhum deles *sabe* se a informação que possuem é correta, pois não distinguem verdade e falsidade. Portanto, não têm conhecimento (Lehrer, 1995).

1. Tipos de conhecimento

Mas o que é conhecimento? Em poucas palavras, conhecer é ter representações verdadeiras da realidade, para as quais podemos fornecer justificações (Searle, 1996, p. 171), ou seja, ter *crença verdadeira e justificada*. O conhecimento é registrado e transmitido em proposições, afirmações ou declarações enunciadas pelas pessoas de acordo com as necessidades. Uma pessoa tem conhecimentos fixados, por exemplo, em declarações do tipo: “Hoje é quarta-feira”; “A *Oktoberfest* é uma festa alemã realizada em Blumenau”; “Cientistas brasileiros detectam aumento do buraco de ozônio” - e assim por diante.

Há pelo menos três tipos de conhecimento²:

a) *direto* - o sujeito cognoscente está ou esteve em contato direto com alguém ou alguma coisa, isto é, tem ou teve experiência pessoal e direta de objetos e pessoas no mundo. Conhecemos *diretamente* nossos amigos, nossa cidade, assim como nossos pensamentos, crenças, amores e dores. Exemplos: “Conheço São Paulo”; “Conhe-

¹ Um interessante estudo sobre o conceito de informação é o livro *Filosofia da informação*, de Fernando Ilharco, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2003.

² *Valho-me aqui das reflexões de Nicola Vassallo em seu belo livro Teoria della conoscenza*, Roma-Bari, Laterza, 2003 (a merecer uma tradução em português). O mesmo assunto é tratado didaticamente em *Saber de e saber que*. Alicerces da racionalidade, de Leonidas Hegenberg, Petrópolis, Vozes, 2002; e em *O conhecimento científico*, de Newton C. A. da Costa, São Paulo, Discurso Editorial, 1999.

ço Hélio”; “Conheço a Ponte Hercílio Luz”; “Sei que estou com dor de cabeça” etc;

b) *por aptidão ou habilidade* - dispor de uma certa capacidade ou competência para fazer algumas coisas. Exemplos: “Sei falar espanhol”; “Sei andar de bicicleta”; “Sei tocar trompete” etc. Pode se tratar de um saber fazer “automático”, como: “Sei respirar”; “Sei correr” etc. Nesse sentido, animais de outras espécies teriam algum rudimento de “saber”: um cavalo tem mais habilidade para correr do que nós, assim como um cão possui mais acuidade auditiva;

c) *proposicional* - saber que uma declaração ou proposição é verdadeira. Este é o conhecimento humano por excelência, desenvolvido por um ser capaz de linguagem e reflexões sobre si próprio e sobre a realidade (ver adiante).

Há ligações evidentes entre os três tipos de conhecimento. Se sabemos fazer certas coisas, em geral também possuímos conhecimento proposicional relativamente a elas. Exemplo: se conhecemos São Paulo, sabemos que é uma grande metrópole atravessada pelo Rio Tietê. Da mesma forma, o conhecimento por aptidão pode ter relação com o conhecimento direto. Exemplo: se conhecemos São Paulo, sabemos como nos movimentar pela cidade; se sabemos nos movimentar pela cidade, conhecemos São Paulo. Mas também podemos conhecer diretamente uma motocicleta sem saber andar de motocicleta (ou seja, sem ser apto a pilotar o veículo). Alguém poderia sustentar o contrário?

O fato é que ter conhecimento proposicional não implica necessariamente ter conhecimento por aptidão ou habilidade.

Sirva mais um exemplo: posso conhecer todas as proposições relativas à técnica de mergulhar, através de algum manual, mas não saber fazê-lo.

Quando se afirma que buscamos conhecimento nas várias ciências, é justamente ao conhecimento proposicional que nos referimos, e é neste campo que deve se situar o jornalismo caso pretenda ser uma “forma de conhecimento”³. Afinal, como atividade profissional, o jornalismo necessariamente se baseia em declarações, sendo o “*jornalismo declaratório*” preponderante em todas as mídias⁴. Mas isto implica um feixe de problemas, como veremos no tópico 4.

2. Conhecimento como crença verdadeira e justificada

O conhecimento proposicional (daqui por diante denominado simplesmente conhecimento) pode ser resumido na “fórmula” tripartida CVJ: *conhecimento é crença verdadeira e justificada*⁵. Crença, verdade e justificacão são, portanto, condições necessárias para que efetivamente se tenha conhecimento⁶.

Supondo-se que **S** seja um sujeito cognitivo qualquer e **p** uma proposição qualquer, eis a formulação clássica de conhecimento:

S sabe que **p** se e somente se:

- 1) **p** é verdadeira,
- 2) **S** acredita que **p** seja verdadeira, e
- 3) a crença de **S** em **p** é justificada.

Convém ressaltar que a noção de crença sustentada aqui nada tem a ver com as

³ Isto não significa, ressalve-se, que o jornalismo seja uma ciência, nem que esta seja a única “forma de conhecimento”. Defende a idéia de que o jornalismo é uma forma de conhecimento, entre outros, Eduardo Meditsch, em seu livro *O conhecimento do jornalismo, Florianópolis, Editora da UFSC, 1992*.

⁴ Chamo de declaratório o jornalismo que se baseia exclusivamente em declarações e informações das fontes.

⁵ Essa fórmula, já apreciada na antiga Grécia, foi retomada nos anos 1960 por epistemólogos como Keith Lehrer, Roderick Chisholm, Ernest Sosa, entre outros.

⁶ A estes requisitos, algumas teorias acrescentam outros, particularmente no que diz respeito à justificacão. É o caso do coerentismo e do fundacionalismo, não abordados aqui.

crenças *a priori*, isto é, independentes de experiência (a exemplo da crença religiosa). Mas é certo que, no dia-a-dia, acolhemos grande número de crenças. O que diferencia a crença como elemento constitutivo de CVJ é que ela deverá ser *necessariamente verdadeira*, ao passo que as crenças religiosas ou ideológicas podem dispensar tal requisito. Contudo, o conhecimento não se reduz à crença verdadeira, já que podemos chegar a crenças verdadeiras através, por exemplo, da leitura de horóscopos, ou por puro engano - e ninguém chamará isto de conhecimento. Informações incorretas podem nos conduzir a crenças falsas. Por isso mesmo a informação pode ser falsa, mas não o conhecimento, que é sempre verdadeiro, ou não é conhecimento.

Freqüentemente, pensamos e acreditamos que sabemos, mas nossa crença é falsa. José, por exemplo, pode acreditar que há vida em Júpiter e ser um fato que haja vida em tal planeta, mas disso não tem conhecimento, a menos que possa justificar sua crença. Justificar crenças é uma exigência do pensamento científico. A posição correta é: *cremos porque sabemos* (e podemos justificar), e não *sabemos porque simplesmente acreditamos*.

Vejam alguns exemplos de conhecimento como CVJ:

- se sabemos que está chovendo, então é verdade que está chovendo e nós acreditamos que está chovendo;

- se sabemos que $5+2=7$, então é verdade que $5+2=7$, e acreditamos nisto;

- se sabemos que a água é composta de um átomo de oxigênio e dois de hidrogênio, então é verdade que a água é composta de um átomo de oxigênio e dois de hidrogênio

“Para que haja conhecimento é necessário três elementos conjuntos: crença, verdade e justificação.”

e nós acreditamos nisto.

Para que haja conhecimento, portanto, é necessário que os três elementos - crença, verdade e justificação - se dêem conjuntamente. Nas ciências formais, como a matemática, a justificação pode ser a demonstração. Nas ciências em-píricas, como a física e a economia, as teorias valem aproximadamente. “A justificação, para crermos nas leis e teorias, em tais ciências, depende de considerações empíricas acima de tudo: das conseqüências verificáveis, da resistência a testes críticos, da simplicidade (sempre perseguida pelo cientista) etc.” (Da Costa, 1999, p. 26).

Quando alguém faz alguma afirmação (uma proposição **p**), assume a obrigação de justificar-se caso a situação o exija. Diante de uma declaração, qualquer interlocutor pode indagar: “como você sabe?” (por que **p**?). Não é viável, entretanto, justificar todas as declarações. Ao justificar uma declaração D-1, necessitamos, no mínimo, de outra declaração, D-2. Essa nova justificativa pode requerer outra declaração, D-3, e assim por diante. Ingressaríamos num círculo vicioso. Precisamos de algumas declarações ou proposições que não necessitem de justificativas (Hegenberg, 2002, p. 127).

3. Fontes do conhecimento

Diante da pergunta “Por que acredita que a proposição **p** é verdadeira?”, ou “Como se faz para saber que uma proposição **p** é verdadeira?”, temos à disposição várias respostas. Podemos dizer:

a) percebo que **p** (a fonte cognitiva, no caso é a percepção). Exemplo: “O cão está no quintal”;

b) recordo ou lembro que **p** (fonte: a memória). Exemplo: “Meu bisavô se chamava Giuseppe”;

c) infiro que **p** (fonte: o raciocínio, o juízo). Exemplo: “Todo mamífero tem um coração; todos os cavalos são mamíferos; logo, todos os cavalos têm um coração” (no caso, trata-se de argumento dedutivo); ou “Todos os cavalos que foram observados tinham coração; todos os cavalos têm coração” (argumento indutivo);

d) tenho consciência que **p** (fonte: a percepção interna ou introspecção). Trata-se aqui das proposições relativas ao conhecimento de nós mesmos. Exemplos: “Sinto que a amo”; “Estou descontente”;

e) tenho testemunho que **p** (fonte: o “*testemunho*”). Exemplos: “Getúlio Vargas foi presidente do Brasil”; “Saturno é um planeta do sistema solar”; “Einstein foi um físico alemão que criou a teoria da relatividade”.

Observe-se que as quatro primeiras fontes cognitivas são individuais, enquanto o testemunho é social, necessita da interação social. O fato é que a humanidade desenvolveu - e continua a desenvolver - um sofisticado sistema de intercâmbio de informações e de conhecimento. Frequentemente, nossas crenças, ou nossos conhecimentos, se devem à palavra dos outros, ao testemunho dos outros, isto é, derivam dos livros, dos documentos escritos, do que lemos nos jornais, ouvimos no rádio, vemos na televisão ou capturamos na internet. A própria ciência não é alheia ao testemunho: as teorias que um cientista aceita dependem, muitas vezes, do que outros cientistas sustentam.

Vassallo (2003, p. 26) lembra que se confiássemos apenas na percepção ou na memória, e não no testemunho, conhecería-

mos menos do que supomos conhecer: “não poderíamos conhecer os eventos do passado, ou os acontecimentos do presente que estão distantes de nós, ou as teorias científicas que estão fora do raio das nossas competências. Não poderíamos conhecer nem mesmo fatos tão banais que damos por consolidados como os de que a Terra é redonda, temos um cérebro, a nossa data de nascimento é em tal dia, mês e ano” etc.

4. Informação e conhecimento no jornalismo

Até aqui analisamos os conceitos de informação e conhecimento, observando não haver identidade entre os dois e que, embora o conhecimento dependa de informa-

ção, nem toda informação é conhecimento. Uma informação pode ser falsa; um conhecimento, jamais. Mas vimos que informações corretas, isto é, verdadeiras, geram conhecimento. Em outras palavras, não há conhecimento sem verdade (e sem justificação). Por exemplo, se alguém ouviu dizer que “Manoel da Fonseca é o atual presidente da República” e acredita nisto, não poderá dizer que conhece, pois não há como justificar tal declaração. Verdadeiras ou falsas, portanto, são nossas declarações ou proposições, não a realidade, os fatos, o mundo objetivo.

Cabe agora situar o jornalismo entre os dois conceitos. Qual é o objetivo básico do jornalismo: a informação ou o conheci-

⁷ O termo é de Vassallo (2003, p.25). A autora tem razão em dizer que a epistemologia tem privilegiado as outras fontes - principalmente a percepção e a razão -, dedicando pouca atenção ao testemunho, que, no entanto, talvez seja a principal fonte do conhecimento.

mento? O que busca um repórter que sai à rua atrás da notícia? Se buscar conhecimento, por que não seria também ele um cientista, já que aquilo que as ciências buscam é o conhecimento?

O jornalismo está vinculado ao conceito de informação por sua própria definição. Se jornalismo - na definição praticamente universal, presente inclusive nos dicionários⁸ - é uma atividade profissional que busca a apuração, a elaboração e a difusão de informação através das diversas mídias, para o grande público ou segmentos deste, resta evidente que o conhecimento se dá apenas no produto do jornalismo, desde que a informação seja correta, ou, para repetir, verdadeira. Por isso mesmo ele não é uma ciência⁹ - o que não desmerece a profissão.

O objetivo que move a atividade jornalística, portanto, é a informação, não o conhecimento. O jornalismo torna públicas, isto é, *dá a conhecer*, informações que de outra forma permaneceriam opacas. É o leitor ou telespectador que, de fato, adquire conhecimento ao receber e processar informações corretas, através das quais pode formar representações verdadeiras da realidade, ou seja, ter crenças verdadeiras e justificadas.

Mas é justamente aqui que aparece a fragilidade epistemológica do jornalismo: nem sempre há como saber se as declarações das fontes são verdadeiras. Tais declarações, na imensa maioria das vezes, não têm caráter hipotético, como é peculiar às ciências, mas são apresentadas e tomadas simplesmente como fatos. Ora, pode até ser um fato jornalístico a declaração de que “o PT não rouba e não deixa

roubar”, mas isto não significa automaticamente que corresponda à realidade, isto é, seja verdadeira.

Lembremos que declarações, proposições ou versões são distintas dos fatos, ou seja, da realidade, do mundo objetivo. Só aquelas podem ser falsas, não os fatos. É o que acontece, por exemplo, quando uma informação que até hoje supúnhamos verdadeira se revela, com o tempo, incorreta ou falsa. Não tínhamos, de fato, um conhecimento, mas apenas uma crença falsa. Assim, não podemos dizer que “antes conhecíamos e agora não conhecemos mais”. Mais uma vez: nossas informações é que eram falsas.

4.1 O problema da verdade

Mas o que é verdade? Não se trata de questão pacífica nem na filosofia, que há séculos se defronta com várias teorias, não necessariamente próximas nem excludentes. A verdade ora tem sido considerada absoluta, ora relativa, ora apenas um ideal a ser alcançado, ora um conceito simplesmente dispensável - quando não é decretada, simplesmente, a sua inexistência (“não existe verdade”).

Sem desprezar as demais teorias da verdade¹⁰, considero a *teoria da correspondência* como a mais adequada ao jornalismo (e mesmo às ciências em geral). Sua formulação básica foi apresentada já por Aristóteles na *Metafísica*: “dizer do que é que não é, ou do que não é, que é, é falso, enquanto dizer do que é que é, ou do que não que não é, é verdadeiro”. Pressupõe a teoria da correspondência que a verdade de uma proposição consiste em sua relação com o mundo isto é, em sua correspondência com os fatos ou estados de coisas (rela-

⁸ Cf., por exemplo, o citado Dicionário Houaiss, e o Dicionário de comunicação, de Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa (Rio de Janeiro, Codecri, 1978.

⁹ Mas seria o caso de se perguntar se as chamadas ciências humanas e sociais são de fato ciências, já que se valem de algumas técnicas constitutivas da própria atividade jornalística, como é o caso da entrevista. A questão, porém, remete à discussão do discutido estatuto científico das ciências humanas, levantada há mais de um século e ainda não resolvida satisfatoriamente.

¹⁰ As três principais são a teoria da verdade como correspondência (ou conformidade, ou adequação), a teoria da verdade como coerência (ou não-contradição) e a teoria pragmática (utilidade). Correspondência, coerência e utilidade são, em realidade, componentes que foram se acrescentando historicamente ao conceito de verdade (ver, a propósito, o acurado panorama histórico traçado por Franca D'Agostini em *Disavventure della verità, Turim, Einaudi, 2000*).

ção linguagem-realidade). Assim, a declaração “João saiu da sala às 15h30” é verdadeira se - e somente se - João saiu da sala às 15h30.

Em relação à verdade como correspondência, porém, o jornalismo apresenta dois problemas: 1) o risco cotidiano de identificar declarações e fatos, pois nem sempre as declarações das fontes podem ser comprovadas, e 2) a tendência a reduzir a verdade a imperativo ético. Por um lado, quanto mais declaratório for o jornalismo, quanto mais depender exclusivamente de fontes, mais difícil será sustentar que seja uma forma de conhecimento autônoma. Por outro lado, tal como referem os códigos deontológicos da profissão, a verdade jornalística parece tornar-se, no fundo, apenas uma questão de honestidade ou credibilidade do repórter e de sua fonte, ou das próprias mídias.

Uma porta, no entanto, permanece aberta. O *jornalismo investigativo*, conforme sustentei em outro artigo (Tambosi, 2003), pode, sim, constituir uma forma de conhecimento autônoma, na medida em que escava fatos que de outro modo não seriam trazidos à luz (nenhum cientista, de qualquer área, faria esse trabalho). Os procedimentos investigativos, nesse caso, são praticamente os mesmos de qualquer pesquisa científica, com maior ou menor rigor, e é menor a dependência de fontes e versões. A pauta elaborada pelo repórter é estruturalmente semelhante ao elenco de hipóteses que guia a pesquisa científica. Do lado do jornalismo, o resultado será a revelação de fatos que eram até então desconhecidos ou, por razões e interesses vários, mantidos em segredo; do lado da

“O conhecimento se dá no resultado, no produto: a notícia, baseada em informações corretas.”

ciência, o resultado será uma nova descoberta ou explicação de fenômenos.

Conclusões

Em resumo, o jornalismo declaratório produz informações, mas é difícil saber se são verdadeiras, por mais “checadas” que sejam e por mais críveis e honestas que sejam as fontes. Pode por isso induzir a crenças falsas. Nesse sentido, não produz conhecimento. Se as informações se comprovarem verdadeiras, então gerarão conhecimento, constituindo através do tempo um acervo precioso para uma das fontes cognitivas apontadas no tópico 3: o testemunho (como vimos, isto vale tanto para as notícias jornalísticas quanto para os livros, os documentos etc.).

Mas é importante ressaltar que o conhecimento, nesse caso, se dá no resultado, no produto: a notícia, baseada em informações corretas. O repórter que elaborou a notícia não saiu às ruas em busca de conhecimento, mas apenas para coletar informações. Seu ponto de partida não foi um interesse cognitivo (como aquele que guia a pesquisa científica, pelo menos na ciência básica), mas um interesse pragmático, instrumental. Por este ângulo, portanto, não há como configurar o jornalismo como forma de conhecimento autônoma (o que não invalida os esforços de pesquisa nessa direção).

Já o jornalismo investigativo, diferentemente do declaratório, é uma atividade cognitiva no processo mesmo de apuração da informação. Esse procedimento investigativo, tanto quanto o das ciências ou da investigação policial, tem a verdade como fio condutor. Pode-se dizer que “toda in

investigação é uma forma de averiguação”¹¹, isto é, uma busca de correspondência ou acordo entre as hipóteses levantadas e os fatos, estabelecendo a verdade. Aqui, mais que coletar informações, o jornalista procura conhecer, revelar um fato que até então era desconhecido, ou sobre o qual pairavam informações falsas. Seu trabalho, em outras palavras, gerará crenças verdadeiras e justificadas, isto é, representações verdadeiras da realidade. Nesse caso, portanto, o jornalismo pode constituir-se em forma de conhecimento autônoma - mas isto, repita-se, não se estende a todos os gêneros jornalísticos. Eis um fértil campo a explorar.

Sobre o autor

Orlando Tambosi é doutor em Filosofia, professor de graduação e pós-graduação do Departamento de Jornalismo da UFSC e autor de O declínio do marxismo e a herança hegeliana, Florianópolis, Editora da UFSC, 1999, e A cruzada contra as ciências (no prelo).

Bibliografia

BUNNIN, Nicholas, e TSUI-JAMES, E. P. (Orgs.). **Compêndio de filosofia**. São Paulo: Loyola, 2002.

DA COSTA, Newton C. A. **O conhecimento científico**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
D'AGOSTINI. **Disavventure della verità**. Turim, Einaudi, 2000.

Dicionário Houaiss. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

DUTRA, Luiz Henrique de A. **Verdade e investigação: O problema da verdade na teoria do conhecimento**. São Paulo: E.P.U., 2001.

HEGENBERG, Leonidas. **Saber de e saber que: Alicerces da racionalidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ILHARCO, Fernando. **Filosofia da informação: Uma introdução à informação como fundação da ação, da comunicação e da decisão**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003.

LEHRER, Keith. **Theory of knowledge**. 2. Londres: Routledge, 1995.

MEDITSCH, Eduardo. B. V. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

RABAÇA, Carlos Alberto, e BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1978.

SEARLE, John R. **La costruzione della realtà sociale**. Milão: Edizioni di Comunità, 1996.

_____. **Mente, linguagem e sociedade: Filosofia no mundo real**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

TAMBOSI, Orlando. Elementos para uma epistemologia do jornalismo. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, volume XXVI, nº 2, pp. 40-52, julho/dezembro de 2003.

SALMON, Wesley C. **Lógica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

¹¹ Luiz Henrique de A. Dutra, Verdade e investigação. O problema da verdade na teoria do conhecimento, *São Paulo, E.P.U., 2001, p. 131. Trata-se de uma interessante análise da pragmática da investigação, embora siga um rumo diferente do esboçado aqui.*